

EDUCAÇÃO INCLUSIVA: MECANISMOS, ESTRATÉGIAS E TÉCNICAS DE APOIO À PESSOA COM NECESSIDADE ESPECIAL

Cristina Caetano da Silva¹
Eremita Fernandes Sousa²
Flaviana Pereira dos Santos³
Simone Timóteo Pinto de Oliveira⁴
Aguinaldo Martins⁵

RESUMO

Este artigo tem por finalidade discorrer acerca dos mecanismos de apoio à Educação Inclusiva, uma vez que este padrão de atendimento educacional se debruça no princípio do acolhimento e manutenção do discente com necessidade especial no âmbito escolar, visando seu pleno desenvolvimento educacional de ensino/aprendizagem, na colaboração dos seus processos evolutivos - cognitivo e social-; a metodologia utilizada será pautada em análise bibliográfica de configuração qualitativa/dedutiva. Por óbvio, este artigo não propõe esgotar os temas relacionados à Educação Inclusiva, tampouco, se apresentar de forma rígida, já que os fenômenos educacionais estão em constante processo. De tal modo, essa pesquisa objetiva verificar os processos interventivos utilizados no âmbito da educação inclusiva, a saber: os mecanismos, as estratégias e técnicas utilizadas, com fito de elucidar estes procedimentos de estruturação pedagógica na prática da educação inclusiva, podendo assim, ser objeto de análise em pesquisas posteriores.

Palavras-chave: Educação Inclusiva, Atendimento Educacional Especializado, Prática pedagógica.

ABSTRACT

This article aims to discuss the support mechanisms for Inclusive Education, since this standart of educational service focuses on the principle of welconming and maintaining students with special needs in the school environment, aiming at their full educational development og teaching/learning, in the collaboration of its ecolutionary procesesses – cognitive and social – the methodology used will be based on a bibliographic analysis of qualitative/deductive configuration. Obviously, this article does not propose to exhaust the themes relted to Inclusive Education, nor does ir present itself in a rigid way, since educational processes used in the scopeof inclusive

1-Simone Timoteo Pinto De Oliveira – Graduada em Pedagogia Pela Universidade Estacio – dedeiatimoteo@hotmail.com – Supervisora Escola Municipal Maria Leocádia Rosa

2- Eremita Fernandes Sousa – Graduada em Pedagogia pela Universidade Estacio

3-Flaviana Pereira Dos Santos – Gradua em Pedagogia Pela Universidade Estacio

4-Cristina Caetano Da Silva – Graduada Em Pedagogia Pela Universidade Estacio

education, namely: the mechanisms, strategies and techniques used, in order to elucidate these pedagogical structuring procedures in the practice of inclusive education, thus being able to be object of analysis in further research.

Palavras-chave: Inclusive Education, Specialized Educational Assistance, Pedagogical Practice.

INTRODUÇÃO

A educação inclusiva tem como princípio o acolhimento de alunos que apresentam necessidades especiais que requeiram cuidados educacionais especializados, objetivando seu pleno desenvolvimento cognitivo, educacional e social, com respaldo na dignidade e individualidade da pessoa humana. O conhecimento e aprimoramento das habilidades são necessários a todas as pessoas e não menos àquelas cujas “limitações” que lhes acometem interferem em sua relação de cidadania, privando-os do pleno gozo das possibilidades sociais.

Para que o aluno que apresenta necessidades especiais consiga se estabelecer em sociedade, é necessário que seja edificado nele as condições que o encaminhe para sua independência, portanto, o compromisso da escola com este educando deve ser eficiente, pautado no compromisso e na responsabilidade.

Nesse sentido, a responsabilização da escola é fator preponderante para que essas crianças consigam se situar socialmente, demonstrando a que veio e o potencial nelas existente. Logo, a escola inclusiva necessita recorrer a métodos de intervenção produtivos/positivos, com intuito de aparelhar o portador de necessidade especiais aos comumente ditos “normais”.

Essa pesquisa se apresenta para a aproximação entre a educação dos portadores de necessidades especiais à sua condição de cidadão com direitos de participarem plenamente e efetivamente do contexto da sociedade, constituindo assim, a quebra da paradigmática estrutural da sociedade seletiva e segregadora.

O objetivo dessa pesquisa é discorrer acerca dos mecanismos de apoio à educação, a metodologia que será utilizada para desenvolver a pesquisa proposta será qualitativa, com referencial teórico/bibliográfico/dedutivo e *websites*. Verificar os processos de intervenção pedagógicos no âmbito da educação inclusiva, com base em mecanismos, estratégias e técnicas de apoio ao aluno portador de necessidades especiais.

Ou seja, refletir sobre um conceito de inclusão escolar que abranja a sociedade em concomitância com os dispositivos de educação vigentes, preconizando um apoio pedagógico que utilize ferramentas e recursos educacionais de atendimento ao educando do AEE com base nas propostas apresentadas no modelo de educação inclusiva.

É importante salientar que o discurso científico apresentado nesta pesquisa não tem pretensão de esgotar as questões do processo interventivo educacional inclusivo, em vez disso, Cadernos da Fucamp, v.21, n.50, p.78-88/2022

propõe construir uma análise sobre o contexto da inclusão educacional, podendo posteriormente ser objeto de análise em investigações científicas acerca da inclusão escolar.

1. CONCEITO DE INCLUSÃO ESCOLAR

Atualmente com a repercussão acerca do Atendimento Educacional Especializado, muitos profissionais buscam definir essa modalidade de atendimento de forma que valorize sua função sem incorrer ao erro de desqualificar a pessoa que o recebe. O que ocorre, entretanto, é que existem confusões sobre como se deve direcionar a uma pessoa que necessita de um atendimento diferenciado conforme a necessidade que ela apresenta. (MAZZOTA, 2015 p.104) reforça essa ponderação ao considerar que:

Expressões diversas são utilizadas com referência à pessoa a que se destina a Educação Especial: “educandos especiais”, “pessoa portadora de deficiência”, pessoas portadoras de características especiais”. Como a preocupação presente nesta análise não se reduz ao âmbito da terminologia, é oportuno lembrar que “palavras, frases, fragmentos semelhantes e mesmo idênticos na aparência podem ter significações diferentes quando acham integradas em conjuntos diferentes”. E é precisamente no contexto dessa educação especial que aí se propõe, situada no contexto geral da educação neste determinado momento político e social, que devem ser apreciadas tais expressões.

O autor pontua a importância de se direcionar à pessoa com necessidades especiais não apenas com a preocupação da terminologia utilizada para designar sua característica no que tange seu estado físico, psíquico-motor, mas principalmente, com o cuidado de relativizar sua educação e não a sua “limitação”.

Igualmente, deve-se considerar que a política que se faz no âmbito educacional deve estar em conformidade com o âmbito jurídico e constitucional para que a inclusão ocorra em sua plenitude. Sendo assim, o conhecimento jurisprudencial dos entornos educacionais, especificamente da educação especializada deve ser relativizada para a compreensão de sua dinâmica e construção política e social.

[...] Se a Constituição de 1988 assegura a todos o direito à educação, isso quer dizer que não há mais espaço para as escolas segregadas e excludentes nas redes de ensino. É preciso ficar atento, no entanto, ao advérbio “preferencialmente” quando se trata do oferecimento do atendimento educacional especializado no contexto da Constituição e no texto da LDBEN. [...] MACHADO, 2009, p.77).

A inclusão escolar pauta-se no princípio de que a criança que possui algum tipo de necessidade educacional, consiga se desenvolver plenamente, a nível cognitivo, interacional e social de modo global com apoio legal instituído em lei no espaço educacional comum.

A constituição Federal, prevê na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) 9394/96, Lei 7.853/89 art. 15. Como também no Decreto nº 3.298/99 Art. 1º da CF que: “A Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência compreende o conjunto de orientações normativas que objetivam assegurar o pleno exercício dos direitos individuais e sociais das pessoas portadoras de deficiência”. Rabêllo (2009, p.350) reforça ao ponderar:

No Brasil, a Constituição Federal e a lei 9.394/96 garantem às pessoas com deficiência o atendimento educacional “preferencialmente na rede regular de ensino” (BRASIL, 1996). Antes da lei, a perspectiva era de “integração” do aluno na escola desde que este pudesse se adaptar sem que houvesse mudança da escola. No paradigma da inclusão é reconhecida a necessidade de uma política educacional mais democrática, envolvendo a reformulação dos currículos, das formas de avaliação e da formação dos professores. Portanto, a noção de inclusão não é incompatível com a de integração, porém institui a inserção do aluno com deficiência de forma mais radical; também não é incompatível com um ensino especializado no aluno.

O contexto histórico da inclusão escolar está repleto de medidas que por vezes mais segregou do que incluiu, essa dinâmica de integração da criança deficiente ao espaço escolar se deu de forma equivocada por um longo período, ao interpretar que a criança deveria se adequar aos moldes do contexto escolar. O que seria um equívoco, uma vez que é a escola que deve proporcionar ao educando com necessidades especiais as condições de ensino e aprendizagem, de construção humana e de autonomia dos contextos universais sociais e políticos.

SAMPAIO (2009,p.44) faz reflexão acerca da inclusão ao destacar que:

A educação inclusiva, na medida em que promove um ensino respeitoso e com significado para cada criança, favorece o desenvolvimento da consciência de que todos são igualmente beneficiários de direitos e deveres e incentiva o debate permanente sobre causas coletivas.

Diante do ajuizamento de SAMPAIO (2009. p.44), acerca da inclusão é observável que a educação inclusiva perpassa os âmagos da coletividade e de integralidade da pessoa humana, devendo ser analisada em um processo contínuo de reflexão, ou seja, na medida da ação dos pares e entes da sociedade escolar e civil para proporcionar assim, a efetividade e continuidade de uma educação para a vida, para a realização pessoal, social, democrática e acessível aos bens comuns a todos sem distinção, estigmatização ou rotulação.

Portanto, é importante ressaltar que dentro da perspectiva educacional inclusiva as medidas educacionais devem colaborar com o desenvolvimento da criança se construindo enquanto totalidade, sem que haja uma pró-conceituação de incapacidade porque ela apresenta uma necessidade especial, ao contrário, o sistema escolar propriamente dito, deve adequar o ambiente e os instrumentos de intervenção educacional de acordo com a necessidade deste aluno, para consolidar um saber efetivo e produtivo.

Educação inclusiva não significa educação com representações e baixas expectativas em relação aos alunos, mas sim a compreensão do papel importante das situações estimulantes, com graus de dificuldade e de complexidade que confrontem os professores e os alunos com aprendizagens significativas, autênticos desafios à criatividade e à ruptura das ideias feitas, como foi o caso dos grandes pioneiros da educação que acreditaram no grande papel que a educação representava no acesso à cidadania dos mais desfavorecidos[...] (SANCHES & TEODORO, 2006, p.73)

Os posicionamentos aventados trazem o fulgor da importância do conceito da educação inclusiva, promovendo reflexão acerca dos preconceitos que estigmatizam as crianças que apresentam necessidades educacionais especializadas, na promoção de um apoio educacional consistente a nível locomotor, psíquico e laboral para seu pleno desenvolvimento psíquico-socioeconômico autonomamente em face às imposições sociais.

2. APOIO PEDAGÓGICO AOS ALUNOS COM NECESSIDADES ESPECIAIS

Para que a inclusão ocorra efetivamente, o apoio pedagógico é imprescindível. Os alunos com necessidades especiais no processo de efetivação do saber, requerem uma atenção diferenciada - ressalta-se aqui que não é com diferenças -; uma construção que se estabeleça e se concretize a partir da consciência pedagógica para o efetivo cumprimento dos processos de construção do saber. Noutras palavras, o apoio pedagógico é fator que terá representatividade significativa na vida do aluno com necessidade educacional especial.

O apoio pedagógico para LINO (2006, p.35), deve considerar a multidisciplinaridade, levando em conta as contribuições de especialistas para a justaposição do saber. Contudo, ressalta que o professor é quem deve reger a formulação interventiva pedagógica com vistas a uma educação inclusiva plena. Reforça ainda, que os ambientes devem estar em conformidade

com a necessidade do aluno, seja a nível de curto, médio ou longo prazo, e os mecanismos de intervenção pedagógicos devem se adequar à necessidade deste aluno.

Nesse novo modelo, os educadores, que tradicionalmente tratavam apenas de estudantes considerados normais, como se todos se enquadrassem num único modelo de desenvolvimento, são instados a rever seus conceitos, mas sem desconsiderar a presença e importância dos especialistas, que passam a integrar os serviços de suporte educacional. Assim, os estudantes com necessidades educativas especiais – NEE – deixam de ser responsabilidade só dos especialistas (professores e/ou técnicos) para se tornarem alvo dos esforços educacionais de todos os profissionais, num trabalho coletivo e multidisciplinar (DORZIAT, 2014, p.5).

Faz menção à forma como os professores enfrentavam as salas de aula, ao citar que tradicionalmente a educação no espaço escolar comum, era apenas para crianças tidas como normais; com a reorganização dos contextos escolares, e a inclusão de crianças com necessidades especiais em seu âmbito, os professores se deparam com uma realidade que lhes exige o condicionamento pedagógico flexível e integral para com todos, o que leva à necessidade também, de apoio de profissionais especializados para que alcancem seus objetivos pedagógicos.

3. MECANISMOS DE BASE DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Ao que se refere aos mecanismos de base da educação inclusiva, pode-se citar métodos de intervenção que legitimem o pleno desenvolvimento educacional da criança que apresenta necessidades especiais, dentre os quais podem ser mencionados:

A LIBRAS, -Língua Brasileira de Sinais-, na perspectiva da educação inclusiva que visa estabelecer a aproximação da criança com problemas de audição e conseqüentemente da fala ao contexto educacional, para o desenvolvimento de suas capacidades de ensino-aprendizagem de forma autônoma.

Assim, uma escola inclusiva precisa abrir espaço para a participação do Interprete Educacional nas discussões de planejamento e estratégias educacionais, uma vez que a surdez remete a um modo visual de apreensão do mundo, que quando respeitado ou favorecido pode possibilitar maiores oportunidades de desenvolvimento à pessoa surda (PAZ; GUITIERREZ, 2013, p.46)

A LIBRAS pode e deve ser conduzida também pelo regente de turma, mas para isso o docente precisa se especializar. A realidade educacional do contexto da inclusão nem sempre condiz com as exigências impostas, contudo, a questão de inserção ultrapassa a mera resolução de problemas imediatistas, devendo ser calcada em princípios que fundamente a inclusão em seu todo, podendo ser considerado sempre a participação de especialistas para o alcance de uma inclusão efetiva.

Outra modalidade de atendimento especializado é a sala de recursos, que tem como propósito orientar o aluno e acompanhá-lo mais de perto conforme sua necessidade, a exemplo: alunos com cegueira utilizando o Braille, com baixa visão, textos/livros com fontes maiores para facilitar a visualização e leituras no contexto educacional. No caso de problema congênito ou adquirido, em que a criança não possui um membro, ou apresenta dificuldade de coordenação motora, a utilização de mecanismos extensivos e específicos para desenvolver a escrita e a criatividade são instrumentos indispensáveis.

A sala de recursos multifuncional é um espaço físico localizado na escola pública de educação básica. Destina-se ao Atendimento Educacional Especializado – AEE -, e tem como público-alvo os alunos da educação especial. O AEE é realizado em turno oposto ao da sala de aula comum e desenvolve atividades, tais como: o ensino do Braille, da comunicação aumentativa e alternativa, entre outros; a aquisição e a produção de recursos de acessibilidade; o acompanhamento do uso desses recursos pelo aluno em sala de aula comum, entre outras atividades. (BORGES; DISCHINGER; ELY, p.46, 2009).

Desse modo, alguns exemplos de mecanismos utilizados na sala de recurso multifuncional podem auxiliar o aluno na escrita, por exemplo, através de uma bola de espuma com lápis encaixado; lápis e canetas engrossadas com fitas para auxiliar a criança que apresenta movimentos involuntários; pranchas com letras grandes; alfabeto móveis, números móveis, etc. (BERSCH, SATORETTO, 2010, p.10-11).

Para os alunos cegos, a escrita Braille, a reglete, a máquina Braille e o próprio computador Braille são ferramentas indispensáveis. Para o uso de computadores alguns instrumentos como “teclados expansivos, reduzidos, programáveis de acordo com a sensibilidade e conteúdo das teclas” facilitam ao toque e acesso ao hardware. Os teclados virtuais também podem ser utilizados, assim como o mouse com diferentes formatos anatômicos. Outro recurso avançado da atualidade é a escrita a partir dos movimentos dos olhos, em que o aluno consegue controlar o cursor e leva-lo para diferentes áreas do monitor do

computador, facilitando sua interação com a máquina (BERSCH, SATORETTO, 2010, p.12-15).

É evidente que esses recursos (SRM) são de grande importância para o desenvolvimento educacional da criança que apresenta necessidade educacional especializada (NEE). Entretanto, nem todos eles estão à disposição das escolas, sendo necessário relativizar sua importância para o (AEE) em que pese uma instituição escolar que pretenda ser inclusiva, sendo mais responsável, a utilização das salas de recursos, uma vez que são mais apropriadas para atender o educando que apresenta alguma limitação e que precisa estar munido de instrumentos técnicos e tecnológicos diferenciados para obtenção de um aprendizado qualificado.

4. ESTRATÉGIAS E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

O saber ultrapassa a mera reprodução dos conhecimentos historicamente construídos pela humanidade, pois cada sujeito possui uma individualização do apreender e de internalizar seus conceitos, o que faz com que a engrenagem do progresso se mova e a prática pedagógica e protagonista desse processo.

As práticas pedagógicas devem ser mediadas a intento de proporcionar ao educando ferramentas de intervenção educacional de base curricular em consonância com os conceitos de regulação das necessidades deste aluno, bem como, do tempo necessário que ele dispõe para aprender.

De tal modo, o docente comprometido com a importância de sua função na educação do aluno com (NEE) ao utilizar estratégias pertinentes ao ensino do (AEE) possibilitará a este aluno maior contato com o contexto educacional, contribuindo assim, para com seu ensino e aprendizagem. Na educação especializada essa premissa se evidencia, exigindo do professor uma postura de compromisso e responsabilidade com o modo pelo qual ele conduz os conceitos metodológicos na classe escolar, mais especificamente no (AEE).

(VALLE e MAIO 2010, p .21) se posicionam acerca dos mecanismos de estratégias ao considerarem que [...]. Assim as experiências e desafios enfrentados na sala de aula impõem ao professor a necessidade e a oportunidade de construir um repertório cada vez maior de estratégias e ajustes para potencializar a aprendizagem[...].

De tal modo, o professor deve avaliar os métodos de ensino aplicados em sala de aula verificando se há necessidade de ajustes de suas práticas no atendimento especializado. O método empírico que se dá por meio da experiência e da observação é grande aliado nesse processo, uma vez que condicionará ao professor uma análise pormenorizada de cada fenômeno culminado em uma ação docente que corrobore com o ensino e aprendizagem do aluno.

A partir disso, verifica-se que a formação docente e a prática educativa dos profissionais que atuam com alunos que apresentam algum tipo de deficiência (sensorial, motora, mental ou a associação de duas ou mais destas modalidades) são, sem dúvida, bases essenciais que sustentam a inclusão escolar. No entanto, essa formação só contribui de forma significativa quando associada às adaptações físicas, curriculares e atitudinais por parte das instituições de ensino, ou seja, promover não apenas uma integração física dos alunos com NEE no ambiente escolar, mas garantir a participação dos mesmos em atividades essenciais ao currículo do ensino regular (FREITAS, LIMA E SANTOS, 2009, p. 94).

Como apresentado anteriormente pelos autores as estratégias educativas devem considerar a forma global de desenvolvimento e aprendizagem do aluno, seja a nível sistemático de ensino como também de otimização física psíquica e interacional. Portanto, a atividades de ensino regular e o contato da criança com alunos dessa modalidade cooperará para seu pleno desenvolvimento como sujeito ativo e autônomo.

Assim, a escola, os professores, os pais e as instancias políticas são responsáveis por condicionar à criança do AEE, as ferramentas para o seu pleno desenvolvimento e gozo das propostas pedagógicas, com fito de possibilitá-lo autonomia social nos aspectos empregatícios, de relacionamento pessoal e interpessoal, consolidando um cidadão que desfruta de seus direitos em plenitude.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As estratégias, mecanismos e práticas pedagógicas de atendimento educacional à criança com NEE, expostas nessa pesquisa, são ferramentas decisivas para que educação inclusiva se construa de acordo com o acolhimento que o aluno necessita para aprender e ampliar suas capacidades e habilidades, já que elas precisam de um atendimento diferenciado para alcançarem seu desenvolvimento integral.

Assim sendo, a inclusão escolar que se proclama no meio jurídico e social só será possível se houver medidas práticas de intervenção pedagógica no âmbito da escola, principalmente no contexto de ensino regular.

De tal modo, a escola deve ser uma instituição que condicione às crianças o direito de usufruírem e serem participantes das construções da humanidade e para isso, elas precisam de educação e formação qualificadas.

Diante do alçado, a inclusão escolar, sem dúvida é um progresso para aqueles que por muito tempo foram marginalizados e estigmatizados pela sociedade, apresentados como pessoas improdutivas e atípicas. Entretanto, para confirmar o êxito nessa conquista, é preciso que suas necessidades sejam respeitadas e atendidas conforme está constituído em lei, senão, continuarão sofrendo os mesmos preconceitos e rotulações sociais.

É evidente, que a educação inclusiva só ocorrerá substancialmente, quando os meios jurídicos, políticos e educacionais trabalharem em conjunto, não por meio de injunção, e sim, pela consciência da responsabilidade que todos devem ter para que a educação inclusiva se consolide e alcance os objetivos propostos.

Nesse sentido, a inclusão escolar deve ser considerada um avanço nas instituições educacionais. Porém, as políticas públicas e a sociedade como um todo devem cooperar para que suas propostas sejam aplicadas de forma a cooperar para com a educação e o desenvolvimento das crianças do AEE, já que, a inclusão visa igualar a todos como sujeitos coautores dos contextos da sociedade, na qual, cada um cumpra sua função e exerça seus direitos sociais e de exercício de cidadania.

Enfim, como dito reiteradamente, a escola é o pilar para da educação inclusiva e todos os mecanismos e estratégias utilizados nela são imprescindíveis para que o termo inclusão tão discutido e disseminado possa se consolidar na vida das crianças que apresentam necessidade educacional especializada.

REFERÊNCIAS

BORGES, Mona Michele Faleiros da Cunha; DISCHINGER, Marta; ELY, Vera Helena Moro. Secretaria de Educação Especial. **Manual de acessibilidade espacial para escolas: O direito à escola acessível!** Ministério da Educação. Brasília, 2009. Disponível em> <http://www.assistiva.com.br/aee.html> <Acesso em: 23/04/2015.

BERSCH, Rita de Cássia Reckzigel; SARTORETTO, Maria Lúcia. A educação especial na perspectiva escolar. **Recursos pedagógicos acessíveis e comunicação aumentativa e**

alternativa. Ministério da Educação – Secretaria de Educação Especial – p. 110-115, Brasília, 2010. Disponível em > <http://www.assistiva.com.br/aee.html> Acesso em 25/04/2015

DORZIAT, Ana. O profissional da inclusão escolar. (2014, p.5).
Disponível em> <http://www.scielo.br/pdf/cp/v43n150/13.pdf> <Acesso em: 15/04/2015

FONSECA, Kátia Abreu. CAPELLINI, Vera Lúcia Messias Fialho. JUNIOR, Jair Lopes. Aprendizagem e comportamento humano. Parte 1. Inclusão escolar e diversidade na escola. **Flexibilização e adaptação curricular no processo de inclusão escolar.** Ed. Unesp, p. São Paulo-SP-2010.

FREITAS, Gillianderson Ribeiro. LIMA Tânia de Souza. SANTOS, Marilda Carneiro. Inclusão escolar em feira de Santana: **caracterização da prática pedagógica** [online]. Salvador: EDUFBA, 2009. p. 94 ISBN: 978-85-232-0651-2. SciELO Books. >disponível em <<http://books.scielo.org>> Acesso em 19/05/2015

LINO, Débora Maria de Paula. O professor de educação especial frente às políticas públicas da educação inclusiva. **Um estudo sobre identidade**, p. 35. PUC/SP, 2006.
Disponível em> <http://www.dominipublico.gov.br/download/texto/cp009719.pdf> <Acesso em: 15/04/2015

MACHADO, Rosângela. Educação especial na escola inclusiva: Políticas, paradigmas e práticas. **Escola Inclusiva e o desafio das diferenças**, p.77. 1.ed. Ed. Cortez. São Paulo –S. P, 2009.

MAZZOTTA, Marcos José Silveira. Educação especial no Brasil. **Histórias e políticas públicas**, p. 104. 5 ed. Ed. Cortez. São Paulo - S. P, 2015.

PAZ, José Filho; GUTIÉRREZ, Néstor Raúl González. Tradução e interpretação: **O interprete de sinais na prática educativa**, p. 46, São Paulo - SP, 2013.

RABÊLLO, Roberto Sanches. **Gestão Escolar:** A formação continuada do professor de arte na perspectiva da educação inclusiva. Ed. (EDFA) Universidade Federal da Bahia, p. 350. Salvador – BA, Brasil, 2009. Disponível em> www.books.scielo.org/id/rp6gk/pdf/diaz-9788523209285-32.pdf <Acesso em: 15/03/2015

SAMPAIO, Cristina T. SAMPAIO, Maria, R. **Educação Inclusiva:** o professor mediando para a vida. Ed. (EDFA) Universidade Federal da Bahia, p. 44. Salvador – BA, Brasil, 2009
Disponível em > www.static.scielo.org/scielobooks/3hs/pdf/samapio-9788523209155.pdf <Acesso em 15/03/2015

SANCHES, Isabel. TEODORO, António. **Da integração à inclusão escolar.** Perspectivas e conceitos. Revista Lusófona de Educação, p.73, 2006 disponível em > <http://www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/rle/n8/n8a05.pdf> <Acesso em: 25/03/2015

VALLE, Tânia Gracy Martins. MAIO, Ana Cláudia Bortolozzi. Aprendizagem e comportamento humano. Parte I. Inclusão escolar e diversidade na escola. **Flexibilização e adaptação curricular no processo de inclusão escolar.** Ed. Unesp, p. 21. São Paulo – SP, 2010.